

DESENVOLVIMENTO HUMANO NAS ÁREAS LINGUÍSTICAS

SMOLARECK, Rodrigo Dalosto¹
SOARES, Luciara Acosta²

RESUMO

Com base nos estudos e pesquisa feitas denotasse que é preciso oportunizar o desenvolvimento humano nas áreas linguísticas aos educandos do ensino superior, com intuito de dinamizar técnicas e habilidades de estudos, fazendo relação entre a teoria e a prática por meio da escrita, como ferramenta de apoio ao ensino-aprendizagem. Diante disso o estudo possibilita-nos a evidenciar as vivências de cada educando como ser único e capaz no processo de ensino-aprendizagem, sempre procurando o seu desenvolvimento humano, por meio de vivências e experiências que poderão reconhecer o quanto o educador pode contribuir neste processo para o desenvolvimento humano dos educandos.

Palavras chave: Educação. Linguagem. Ensino.

INTRODUÇÃO

A linguagem é o elo que liga o homem ao grupo, através dele, o indivíduo se reconhece como ser humano porque pode se comunicar com os outros, trocar experiências, opinar. Já ler é uma atividade complexa e ao mesmo tempo fascinante. Complexa, porque envolve situações culturais, fonéticas, etc...Fascinante porque através dela temos a oportunidade de conhecer o mundo, interpretar, nos comunicar, fantasiar, concluir, enfim através da leitura há possibilidade de construir-se conhecimento com maior embasamento e entendimento do que se lê, e também realizar um comparativo com a realidade.

O estudo do desenvolvimento do ser humano constitui uma área do conhecimento da Psicologia cujas proposições nucleares concentram-se no esforço de compreender o homem em todos os seus aspectos, englobando fases desde o nascimento até o seu mais completo grau de maturidade e estabilidade.

¹ Professor Mestre, Doutorando em Psicanálise.

² Professora Mestra, com experiência na Educação Básica.

Neste projeto pela complexidade do tema abordar-se-á o desenvolvimento humano nas áreas linguísticas, os reflexos que abrangem na aprendizagem do ser humano, considera-se que o referido estudo apresenta a importância das variações linguísticas, sua influência no desenvolvimento dos educandos, partindo da premissa que educar requer paciência, conhecimento, e principalmente atuar no desenvolvimento integral à formação de cidadãos capazes, reflexivos, participativos, responsáveis atuantes numa sociedade tão carente de cidadãos pensantes.

O desenvolvimento humano vem envolto de muita complexidade, é necessário um melhor entendimento, evidencia-se este projeto principalmente na teoria de Piaget (1896-1980) que busca compreender o desenvolvimento do ser humano, destacando-se por seu caráter inovador ao introduzir uma linha interacionista que constitui uma tentativa de integrar as posições dicotômicas de duas tendências teóricas que permeiam a Psicologia em geral - o materialismo mecanicista e o idealismo - ambas marcadas pelo antagonismo inconciliável de seus postulados que separam de forma estanque o físico e o psíquico.

É preciso compreender como o sujeito se constitui enquanto sujeito cognitivo, elaborador de conhecimentos válidos, o que ele absorve, as suas capacidades, as tendências, o entendimento de mundo de que cada ser é capaz, as influências, como o meio contribui neste processo.

2 DESENVOLVIMENTO

A VISÃO INTERACIONISTA DE PIAGET

Na linha interacionista, as ideias de Piaget contrapõem-se, às visões de duas correntes antagônicas e inconciliáveis que permeiam a Psicologia em geral: o objetivismo e o subjetivismo. Ambas as correntes são derivadas de

duas grandes vertentes da Filosofia (o idealismo e o materialismo mecanicista) que, por sua vez, são herdadas do dualismo radical de Descartes que propôs a separação estanque entre corpo e alma, *id est*, entre físico e psíquico. Assim sendo, a Psicologia objetivista, privilegia o dado externo, afirmando que todo conhecimento provém da experiência; e a Psicologia subjetivista, em contraste, calcada no substrato psíquico, entende que todo conhecimento é anterior à experiência, reconhecendo, portanto, a primazia do sujeito sobre o objeto (Freitas, 2000).

Considerando insuficientes essas duas posições para explicar o processo evolutivo da filogenia humana, Piaget formula o conceito de epigênese, argumentando que "o conhecimento não procede nem da experiência única dos objetos nem de uma programação inata pré-formada no sujeito, mas de construções sucessivas com elaborações constantes de estruturas novas" (Piaget, 1976 apud Freitas 2000, p. 64).

Subentende-se que as formas primitivas da mente, biologicamente constituídas, são reorganizadas pela psique socializada, ou seja, existe uma relação de interdependência entre o sujeito conhecedor e o objeto a conhecer.

Esse processo, por sua vez, se efetua através de um mecanismo auto regulatório que consiste no processo de equilibração progressiva do organismo com o meio em que o indivíduo está inserido, como procuraremos expor em seguida.

O PROCESSO DE EQUILIBRAÇÃO: A MARCHA DO ORGANISMO EM BUSCA DO PENSAMENTO LÓGICO

A compreensão dos mecanismos de constituição do conhecimento, na concepção de Piaget, equivale à compreensão dos mecanismos envolvidos na formação do pensamento lógico, matemático.

Como lembra La Taille (1992, p. 17), "(...) a lógica representa para Piaget a forma final do equilíbrio das ações. Ela é 'um sistema de operações, isto é, de ações que se tornaram reversíveis e passíveis de serem compostas entre si'. Observa-se que no método psicogenético, o 'status' da lógica matemática perfaz o enigma básico a ser desvendado.

O maior problema, nesse sentido, concentra-se na busca de respostas pertinentes para uma questão essencial ao processo: Como há a construção do conhecimento nos homens?

Procurando soluções para esse problema central, Piaget sustenta que a gênese do conhecimento está no próprio sujeito, ou seja, o pensamento lógico não é inato ou tampouco externo ao organismo, mas é fundamentalmente construído na interação homem-objeto, ou seja, tanto a experiência sensorial quanto o raciocínio são fundantes do processo de constituição da inteligência, ou do pensamento lógico do homem.

O desenvolvimento humano, no modelo piagetiano, é explicado segundo o pressuposto de que existe uma conjuntura de relações interdependentes entre o sujeito conhecedor e o objeto a conhecer. Esses fatores que são complementares envolvem mecanismos bastante complexos e intrincados que englobam o entrelaçamento de fatores que são complementares, tais como: o processo de maturação do organismo, a experiência com objetos, a vivência social e, sobretudo, a equilibração do organismo ao meio.

A equilibração trata-se de um fenômeno que tem, em sua essência, um caráter universal, já que é de igual ocorrência para todos os indivíduos da espécie humana mas que pode sofrer variações em função de conteúdos culturais do meio em que o indivíduo está inserido, considera-se dois elementos básicos ao desenvolvimento humano: os fatores invariantes e os fatores variantes, na primeira o indivíduo recebe como herança uma série de estruturas biológicas - sensoriais e neurológicas - que permanecem constantes ao longo da sua vida, enquanto que na segunda há um elemento que se transforma no processo de interação com o meio, visando à adaptação do indivíduo ao real que o circunda.

A equilibração é uma busca do organismo por novas formas de adaptação onde envolvem-se dois mecanismos que apesar de distintos são indissociáveis e que se complementam: a assimilação e a acomodação. A assimilação consiste na tentativa do indivíduo em solucionar uma determinada situação a partir da estrutura cognitiva que ele possui naquele momento específico da sua existência, já na acomodação obtém-se a capacidade de modificação da estrutura mental antiga para dar conta de dominar um novo

objeto do conhecimento, ou seja, o momento da ação do objeto sobre o sujeito. Os processos de assimilação e acomodação são complementares e acham-se presentes durante toda a vida do indivíduo e permitem um estado de adaptação intelectual e de transformação.

O processo de transformação vai depender sempre de como o indivíduo vai elaborar e assimilar as suas interações com o meio, isso porque a visada conquista da equilíbrio do organismo reflete as elaborações possibilitadas pelos níveis de desenvolvimento cognitivo que o organismo detém nos diversos estágios da sua vida, estágios estes que far-se-á considerações a seguir.

ESTÁGIOS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Piaget considera 4 períodos no processo evolutivo da espécie humana que são caracterizados "por aquilo que o indivíduo consegue fazer melhor" no decorrer das diversas faixas etárias ao longo do seu processo de desenvolvimento. São eles:

- 1º Período – Sensório Motor (0 a 2 anos);
- 2º Período – Pré-operatório (2 a 7 anos);
- 3º Período – Operações concretas (7 a 11 ou 12 anos)
- 4º Período – Operações formais (11 ou 12 anos em diante).

Cada uma dessas fases é caracterizada por formas diferentes de organização mental que possibilitam as diferentes maneiras do indivíduo relacionar-se com a realidade que o rodeia (Coll e Gillieron, 1987). Proporcionado as estas fases não uma via de regra, mas sempre relacionada ao meio em que o sujeito está inserido, suas possibilidades, estímulos. Cada fase tem sua característica como se segue.

No período sensório-motor Piaget usa a expressão “a passagem do caos ao cosmo”, a criança nasce com funções mentais limitadas ao exercício do aparelho reflexos inatos, ou seja, inoperante, porém progressivamente, a criança vai aperfeiçoando tais movimentos reflexos e adquirindo habilidades e chega ao final do período sensório-motor já se concebendo dentro de um cosmo.

No período pré-operatório, surge a função simbólica ou semiótica, em outras palavras emerge a linguagem. A emergência da linguagem acarreta modificações importantes em aspectos cognitivos, afetivos e sociais da criança, uma vez que ela possibilita as interações interindividuais e fornece, principalmente, a capacidade de trabalhar com representações para atribuir significados à realidade. Tanto é assim, que a aceleração do alcance do pensamento neste estágio do desenvolvimento, é atribuída, em grande parte, às possibilidades de contatos interindividuais fornecidos pela linguagem.

No período das operações concretas, o egocentrismo intelectual e social (incapacidade de se colocar no ponto de vista de outros) que caracteriza a fase anterior dá lugar à emergência da capacidade da criança de estabelecer relações e coordenar pontos de vista diferentes (próprios e de outrem) e de integrá-los de modo lógico e coerente.

Um outro aspecto importante neste estágio refere-se ao aparecimento da capacidade da criança de interiorizar as ações, ou seja, ela começa a realizar operações mentalmente e não mais apenas através de ações físicas típicas da inteligência sensório-motor (se lhe perguntarem, por exemplo, qual é a vareta maior, entre várias, ela será capaz de responder acertadamente comparando-as mediante a ação mental, ou seja, sem precisar medi-las usando a ação física).

No Período das operações formais a criança, ampliando as capacidades conquistadas na fase anterior, já consegue raciocinar sobre hipóteses na medida em que ela é capaz de formar esquemas conceituais abstratos e através deles executar operações mentais dentro de princípios da lógica formal.

Para Piaget, existe um desenvolvimento da moral que ocorre por etapas, de acordo com os estágios do desenvolvimento humano. Para Piaget (1977 apud La Taille 1992:21), "toda moral consiste num sistema de regras e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por estas regras". Entende que nos jogos coletivos as relações interindividuais são regidas por normas que, apesar de herdadas culturalmente, podem ser modificadas consensualmente entre os jogadores, sendo que o

dever de 'respeitá-las' implica a moral por envolver questões de justiça e honestidade.

Argumenta que o desenvolvimento da moral abrange 3 fases: (a) anomia (crianças até 5 anos), em que a moral não se coloca, ou seja, as regras são seguidas, porém o indivíduo ainda não está mobilizado pelas relações bem x mal e sim pelo sentido de hábito, de dever; (b) heteronomia (crianças até 9, 10 anos de idade), em que a moral é = a autoridade, ou seja, as regras não correspondem a um acordo mútuo firmado entre os jogadores, mas sim como algo imposto pela tradição e, portanto, imutável; (c) autonomia, corresponde ao último estágio do desenvolvimento da moral, em que há a legitimação das regras e a criança pensa a moral pela reciprocidade, quer seja o respeito a regras é entendido como decorrente de acordos mútuos entre os jogadores, sendo que cada um deles consegue conceber a si próprio como possível 'legislador' em regime de cooperação entre todos os membros do grupo.

De acordo com La Taille (1992, p. 21) "o desenvolvimento cognitivo é condição necessária ao pleno exercício da cooperação, mas não condição suficiente, pois uma postura ética deverá completar o quadro", envolve noção de dever e querer fazer, o cognitivo juntamente com a ética.

AÇÃO PEDAGÓGICA

De acordo com Coll (1992) as tentativas de aplicação da teoria genética no campo da aprendizagem são numerosas e variadas, no entanto os resultados práticos obtidos com tais aplicações não podem ser considerados tão frutíferos. Uma das razões da difícil penetração da teoria genética no âmbito da escola deve-se, principalmente, segundo o autor, "ao difícil entendimento do seu conteúdo conceitual como pelos métodos de análise formalizam-te que utiliza e pelo estilo às vezes 'hermético' que caracteriza as publicações de Piaget" (idem p. 174). Ressalta, também, que a aplicação educacional da teoria genética tem como fatores complicadores, entre outros:

a) as dificuldades de ordem técnica, metodológicas e teóricas no uso de provas operatórias como instrumento de diagnóstico psicopedagógico, exigindo

um alto grau de especialização e de prudência profissional, a fim de se evitar os riscos de sérios erros;

b) a predominância no "como" ensinar coloca o objetivo do "o quê" ensinar em segundo plano, contrapondo-se, dessa forma, ao caráter fundamental de transmissão do saber acumulado culturalmente que é uma função da instituição escolar, por ser esta de caráter preeminentemente político-metodológico e não técnico como tradicionalmente se procurou incutir nas ideias da sociedade;

c) a parte social da escola fica prejudicada uma vez que o raciocínio por trás da argumentação de que a criança vai atingir o estágio operatório secundariza a noção do desenvolvimento do pensamento crítico;

d) a ideia básica do construtivismo postulando que a atividade de organização e planificação da aquisição de conhecimentos estão à cargo do aluno acaba por não dar conta de explicar o caráter da intervenção por parte do professor;

e) a ideia de que o indivíduo apropria os conteúdos em conformidade com o desenvolvimento das suas estruturas cognitivas estabelece o desafio da descoberta do "grau ótimo de desequilíbrio", ou seja, o objeto a conhecer não deve estar nem além nem aquém da capacidade do aprendiz conhecedor.

Por outro lado, como contribuições contundentes da teoria psicogenética podem ser citados, por exemplo:

a) a possibilidade de estabelecer objetivos educacionais uma vez que a teoria fornece parâmetros importantes sobre o 'processo de pensamento da criança' relacionados aos estágios do desenvolvimento;

b) em oposição às visões de teorias behavioristas que consideravam o erro como interferências negativas no processo de aprendizagem, dentro da concepção cognitivista da teoria psicogenética, os erros passam a ser entendidos como estratégias usadas pelo aluno na sua tentativa de aprendizagem de novos conhecimentos (PCN, 1998);

c) uma outra contribuição importante do enfoque psicogenético foi lançar luz à questão dos diferentes estilos individuais de aprendizagem; (PCN, 1998); entre outros.

Considera-se que a teoria psicogenética trouxe contribuições importantes ao campo da aprendizagem escolar.

A IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM E SUA CONTRIBUIÇÃO NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

A linguagem verbal, antecede a linguagem escrita, assim como a leitura do mundo, do que nos rodeia antecede a leitura de códigos e sinais gráficos da escrita. A atividade fundamental desenvolvida pela escola para a formação dos alunos é a leitura. Para Cagliari (2000), a leitura é a extensão da escola na vida das pessoas. A maioria do que se deve aprender na vida terá de ser conseguido através da leitura fora da escola. A leitura é uma herança maior do que qualquer diploma.

A leitura é sempre uma prática social, um meio e nunca um fim. Ler é a resposta a um objetivo, a uma necessidade pessoal. A leitura precisa valorizar a bagagem cultural que o aluno traz consigo do mundo que o rodeia, isto é, o seu próprio conhecimento precisa ser valorizado.

O processo que envolve uma compreensão crítica do ato de ler, não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo antecede à leitura da palavra, daí que a posterior leitura não possa prescindir da continuidade da leitura daquela. Linguagem e realidade (FREIRE, 1981, p. 14).

Assim podemos ver que a valorização do conhecimento do aluno, do que ele gosta de ler, de como ele entende o mundo que o rodeia é um passo importante para se realizar um trabalho com leitura e formação de leitor que estimule e que não o iniba, que possibilite o desenvolvimento humano tão almejado no decorrer da prática.

Ler é uma atividade extremamente complexa e envolve problemas não só semânticos, culturais, ideológicos, filosóficos, mas até fonéticos. Tudo o que se ensina na escola está diretamente ligado à leitura e depende dela para se manter e desenvolver.

A leitura é a realização do objetivo da escrita, pois quem escreve, escreve para ser lido. O objetivo da escrita é, portanto, a leitura. A leitura é uma atividade profundamente individual e duas pessoas dificilmente fazem uma mesma leitura de um texto. Ao contrário da escrita, que é uma atividade de exteriorizar o pensamento, a leitura é uma atividade de assimilação de conhecimento, de interiorização, de reflexão.

É importante na escola, valorizar a leitura do mundo que o aluno tem, a sua interpretação. Segundo Teberosky e Cardoso (1993):

A criança, quando entra na escola, já tem muitos conhecimentos. Não podemos considerar, portanto, que não tenha nenhum conhecimento da língua escrita. Já viu seu nome escrito, já participou de atividades sociais, em que a leitura ou a escrita são elementos importantes. O professor deve interpretar tudo o que a criança produz, especialmente quando essas produções não são convencionais, outorgando-lhes assim intenção desde o começo de sua aprendizagem.

Percebe-se, assim, que cabe a escola a tarefa de alfabetizar, despertar e estimular o gosto pela leitura e também, a tarefa de transformar seus alunos em leitores críticos, auxiliando o desenvolvimento de cada um em todos os assuntos sociais e culturais.

Numa sociedade desigual, os problemas de leitura se diversificam conforme as características de classe. As soluções possíveis se orientam para o pluralismo cultural, ou seja, a oferta de textos vários, que deem conta das diferentes representações sociais. De qualquer modo, todos os seguimentos sociais, a despeito de suas divergências internas, podem mobilizar-se para leitura quando encontram nas obras, o momento que identifica o leitor com o conteúdo expresso. Uma das necessidades fundamentais do homem é dar sentido ao mundo e a si mesmo e o livro, seja informativo ou ficcional, permanece como veículo primordial para esse diálogo.

A escola não pode se omitir de proporcionar ao aluno um espaço de alfabetização contínua, que dê ênfase ao aprendizado da leitura, da escrita e da interpretação, onde os diversos tipos de textos sejam abordados e os assuntos venham de encontro com a realidade e aspirações dos alunos.

A leitura pressupõe a participação ativa do leitor na constituição dos sentidos linguísticos. Embora as palavras sejam explicadas no dicionário nunca

exprimem um único significado quando integram uma frase no texto determinado. A tarefa da leitura consiste em escolher o significado mais apropriado para as palavras num conjunto limitado.

A seleção dos significados se opera por força de um contexto que os justifica. Esse contexto é o da experiência humana, que confere valor a um sinal que em princípio é vazio e só passa a portar significado por um ato de convenção social. O conjunto de valores convencionados é chamado cultura e por isso mesmo perfeitamente legível porque foi criado pelo homem.

A formação escolar do leitor passa pelo crivo da cultura em que este se enquadra. Se a escola não efetua o vínculo entre a cultura grupal ou de classe e o texto a ser lido o aluno não se reconhece na obra, porque a realidade representada não lhe diz respeito.

Uma situação de leitura representa equilíbrio específico e momentâneo entre leitor, seus objetivos do momento e o texto escrito. Não existe, portanto, componentes fixos e, imutáveis na leitura, nem uma só maneira de ler. Existe uma variedade de leituras adaptadas a várias situações para satisfazer a curiosidade responder às questões que a vida lhes coloca, concretizar projetos, usufruir do prazer estético ou vagar pelo imaginário, o leitor deve construir significados a partir do que lê.

A necessidade de controle da leitura é dos adultos e em nada colabora para aprendizagem das crianças. Ajudar uma criança não é procurar transmitir uma técnica ou um saber pronto, mas permitir que ela construa as estratégias que necessita para utilizar a escrita e leitura quando quiser. Pois a partir da utilização ampla da escrita, de várias modalidades de textos, faz com que a criança aprenda naturalmente, da mesma forma como aprendeu a falar, oportunizando a partir desta prática também o seu desenvolvimento humano.

Em sua prática cotidiana, o professor deve assegurar demonstrações adequadas de leitura às crianças. Situações que sirvam a objetivos específicos, nas quais os alunos possam encontrar sentido e que os ajude a ter gosto pela leitura, formando nos mesmos o hábito de ler.

Para se desenvolver na escola, o ensino eficaz da escola é necessário que os professores também sejam bons leitores, pois como ensinar, estimular uma prática quando essa não faz parte do cotidiano do educador. Além disso, é

preciso disponibilizar o acesso a várias obras de diferentes assuntos e diversas leituras como jornais, revistas, gibis, textos informativos, e a leitura propriamente dita com ficção, poesia, prosa, romance, crônicas entre outros tantos objetos significativos de leitura.

De acordo com Bordini e Aguiar (1993, p. 18):

O primeiro passo para a formação do hábito de leitura é oferta de livros próximos à realidade do leitor, que levantem questões significativas para ele. A leitura brasileira e a leitura infanto-juvenil nacionais vêm preencher esses quesitos ao fornecerem textos diante dos quais o aluno facilmente se situa, pela linguagem, pelo ambiente, pelos caracteres dos personagens, pelos problemas colocados. A familiaridade do leitor com a obra gera predisposição para leitura e o consequente desencadeamento do ato de ler.

Quando o professor realiza o trabalho com leitura em sala de aula a partir das expectativas dos estudantes, significa que ele está atento aos interesses dos mesmos. Por interesse entende-se uma atitude favorável gerada por uma necessidade, que propulsiona uma ação, no caso o ato de ler, e ler com prazer.

A idade do leitor influencia seus interesses: a criança, o adolescente, o adulto tem preferência por textos diferentes. Mesmo dentro de cada período da vida humana, esses interesses modificam-se à medida que se dá o amadurecimento do indivíduo.

A importância e o valor dos usos da linguagem são determinados historicamente segundo as demandas sociais de cada momento. Atualmente exigem-se níveis de leitura e de escrita diferentes e muito superiores aos que satisfizeram demandas sociais até bem pouco tempo atrás, mostrando uma tendência crescente da exigência da leitura e escrita. Para a escola, como espaço institucional de acesso ao conhecimento, a necessidade de atender a essa demanda, implica uma revisão substantiva das práticas de ensino que tratam a língua como algo sem vida e os textos como conjunto de regras a serem aprendidas, bem como a constituição de práticas que possibilitem ao aluno aprender linguagem a partir da diversidade de textos que circulam socialmente.

Toda educação verdadeiramente comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para o desenvolvimento da capacidade de uso eficaz da linguagem que satisfaça necessidades pessoais, que podem estar relacionadas às ações efetivas do cotidiano, à transmissão e busca de informação ao exercício da reflexão.

Não se formam bons leitores oferecendo materiais de leitura empobrecidos, justamente no momento em que as crianças são iniciadas no mundo da escrita. As pessoas aprendem a gostar de ler quando de alguma forma, a qualidade de suas vidas melhora com a leitura.

Segundo Cagliari, (2000, p. 154):

Ensinar as crianças a ler no próprio dialeto é fundamental para formar leitores. A criança que fala numa variedade do português diferente da que a escola usa e que aprende que a leitura deve necessariamente ser feita no dialeto da escola, levará esse hábito para a vida e, quando for ler, precisará fazer um esforço muito grande para conciliar velocidade da leitura e compreensão. Algumas fazem até uma leitura silabada, mesmo lendo silenciosamente, porque foram treinadas pela escola somente nesse tipo de leitura.

Para a criança ler um texto é preciso deixar, antes, que o estude, decifre-o e treine sua leitura. Ela não pode tê-lo diretamente, isto frustra a criança que lê, os colegas que ouvem e a professora, que percebe que não sabe ler corretamente.

Os profissionais da leitura, como locutores e atores de teatro e televisão, antes de ler ou representar ensaiam como vão dizer o texto, estudam-no, tentam várias interpretações para obter o melhor resultado. Por que não deixar, na escola, o aluno preparar uma boa leitura? A escola às vezes tem hábitos estranhos de surpreender os alunos como se fossem máquinas sempre prontas a realizar a própria tarefa. Um aluno não lê como um gravador reproduz uma fita. A preparação para uma leitura em voz alta é indispensável.

Apesar de toda complexidade do problema do aprendizado da leitura, as pessoas aprendem a ler com facilidade e perfeição. E nisso não há nada de estranho, pois na verdade, aprenderam a falar entre 1 e 3 anos de idade, conforme visto nas fases piagetianas, o que na sua globalidade é bem mais complexo e fascinante do que ler. Porém, ler envolve uma complicação do

processo de produção de fala, que normalmente não ocorre na fala espontânea, causada pela necessidade de decifração da escrita e programação de produção da fala lida.

É um ato facilmente observável o de que as pessoas aprendem a ler com facilidade e perfeição, mas o próprio ato de aprender a ler constitui uma tarefa difícil e delicada.

De acordo com Catania (1999, p. 291):

(...) não podemos identificar a estrutura de uma sentença sem classificar seus constituintes, mas esse exemplo mostra que tampouco podemos classificar seus constituintes sem identificar sua estrutura.

A leitura é uma maneira de se aprender o que é escrever e qual a forma ortográfica das palavras. Para conseguir esses objetivos da leitura é preciso planejar as atividades de tal modo que se possa realizar o que se pretende. A leitura não pode ser uma atividade secundária na sala de aula ou na vida, uma atividade para a qual a professora e a escola não dedicam mais que uns míseros minutos, na ânsia de retornar aos problemas de escrita, julgados mais importantes.

Há um descanso enorme pela leitura, pelos textos, pela programação dessa atividade na escola, no entanto, a leitura deveria ser a maior herança ligada pela escola aos alunos, pois ela, e não a escrita, será a fonte perene de educação, com ou sem a escola.

É necessário, portanto, organizar situações de aprendizagem que possibilitem a discussão e reflexão sobre a escrita e a literatura. Essas situações de aprendizagem que devem acontecer de modo a possibilitar que os alunos possuam sobre escrever e ler e assim possa intervir para ajudá-los a pensar sobre elas, a avançar para além delas. Para tanto, a escola precisa oferecer variados materiais impressos de leitura, que sirvam como referência e fonte de informação ao processo de aprendizagem da linguagem escrita e da leitura, propiciando aos alunos o seu desenvolvimento humano.

A leitura não pode ser uma obrigação, mas uma atividade de prazer onde o leitor interage com o que está lendo de acordo com suas necessidades do momento.

A leitura é tão ou mais importante que a escrita, pois a leitura pressupõe a interpretação, a superação de uma necessidade de informação, de lazer, de prazer. A leitura leva em conta a visão que o leitor tem do texto lido e cada um interpreta da forma que deseja.

A leitura é o caminho para a compreensão do mundo que nos cerca, ela liberta, dá condições as pessoas a interagirem no seu meio, a opinarem, a participarem. Ela é contextualizada de acordo com a cultura, a idade, o sexo e as condições socioeconômicas de cada um.

A escola não pode se omitir de sua tarefa de construir bons leitores e por isso precisa assumir novas posturas que levem a um trabalho mais crítico, mais interessante.

A leitura tem que ser desenvolvida com criatividade, com seriedade, com textos e obras de acordo com os anseios do leitor. Tem que ser progressiva, partindo do mais simples para o mais complexo, trabalhando diversos tipos de textos e obras literárias para que os alunos aos poucos passam a se interessar, a ler e a construir seus próprios hábitos de leitura, a obterem seu próprio desenvolvimento.

A leitura tem uma importância muito grande no contexto cultural e social, pois ela é um meio de expressar e, portanto, de conquistar um posicionamento democrático e cidadão, como também ferramenta de apoio ao desenvolvimento humano que se busca dia-a-dia no processo de ensino aprendizagem.

2.1 METODOLOGIA

Este projeto está embasado numa pesquisa bibliográfica com o apanhado do tema, visando um esclarecimento e reflexão sobre: “Desenvolvimento humano nas áreas linguísticas”, onde procura-se ideias e teorias que fundamentem o referido tema, tais como a visão interacionista de Piaget, o que a caracteriza, a leitura como ferramenta de apoio ao desenvolvimento humano, acesso a obras literárias que auxiliem na construção do conhecimento dos alunos, técnicas que possibilitem o gosto pela leitura por parte de professores e alunos, pois ler é um hábito que deve-se ter em todas

as etapas de nossas vivências, eis a relevância do projeto, em vista que o desenvolvimento humano engloba vários fatores, porém através da linguagem é possível construir cidadãos pensantes, reflexivos, participativos, criativos, capazes de debaterem, de construir ideais. A leitura deve ser permanente, pois somos seres capazes de formação e transformação constante.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo trouxe para o meu conhecimento descobertas feitas por meio da leitura, em que se destaca o desenvolvimento humano, tendo em vista a preocupação com o mundo globalizado e multi-diferencial dos tempos vividos retratando a realidade atual nas diferentes instituições de ensino, onde senti a necessidade de transmitir o meu aprendizado com a intenção de crescimento social, interativo, na descoberta de diferentes expectativas com relação ao ensino-aprendizagem, correspondendo uma visão mais ampla sobre o real sentido do processo educativo.

Portanto o presente artigo possibilitou-me a reflexão e a convicção de que educação, linguagem e ensino quando enfatizado em um contexto único pelo mediador do conhecimento estabelecem uma relação do tempo psicológico com o tempo cronológico sem fugir do contexto onde estiver inserido, enfatizando sempre o modo de pensar com o modo de agir.

REFERÊNCIAS

BORDINI, Maria da Glória; AGUIAR, Vera Teixeira de. **A Formação do Leitor**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto Ltda, 1993.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. 10 ed. São Paulo: Scipione, 2000.

CATANIA, A. Charles. **Aprendizagem**: comportamento, linguagem e cognição. Trad. Deisy das Graças de Souza... [et al.]. 4ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

COLL, C. **As contribuições da Psicologia para a Educação**: Teoria Genética e Aprendizagem Escolar. In LEITE, L.B. (Org) *Piaget e a Escola de Genebra*. São Paulo: Editora Cortez, 1992. p. 164-197.

_____; GILLIÉRON. C. **Jean Piaget:** o desenvolvimento da inteligência e a construção do pensamento racional. In, LEITE, L.B. (org) *Piaget e a Escola de Genebra*. São Paulo: Cortez, 1987. p. 15-49

BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LA TAILLE., Y. *Prefácio*. In, PIAGET, J. **A construção do real na criança**. 3.ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

_____. **O lugar da interação social na concepção de Jean Piaget**. In LA TAILLE; OLIVEIRA, M.K; DANTAS,H. *Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. 13.ed. São Paulo: Summus, 1992 p.11-22.

_____. **A construção do conhecimento**. Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, São Paulo, 1990.

_____. **Desenvolvimento do juízo moral e afetividade na teoria de Jean Piaget**. In LA TAILLE; OLIVEIRA, M.K; DANTAS,H. *Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. 13.ed. São Paulo: Summus, 1992. p.47-74.

VIEIRA, Alice. **O Prazer do Texto:** perspectivas para o ensino de literatura. São Paulo: EPU, 1989.